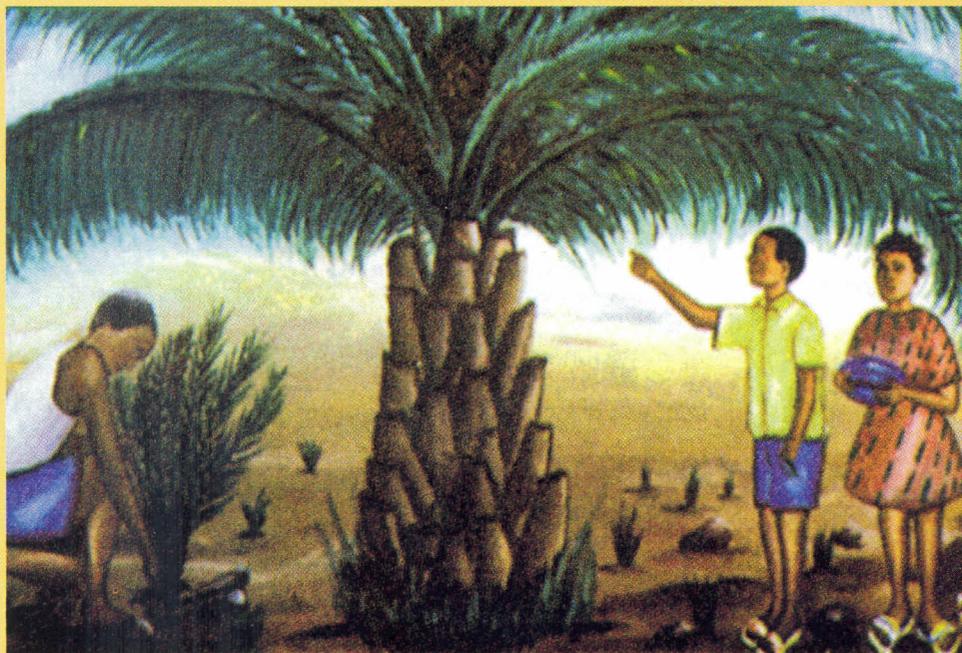


A AGRICULTURA FAMILIAR E A DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA



Desenho: Burotrop

Introdução

O Estado do Pará, com uma superfície de 1.247.702,3 km², é o segundo maior estado da Federação, representando cerca de 14,66% do território brasileiro. Cerca de 16.000.000 ha do Estado já foram alterados, sendo sua recuperação empreendimento que certamente contribuirá para conservar o ambiente e desacelerar o ritmo do desmatamento e das queimadas na Amazônia. Embora dotado de uma imensa extensão territorial e de condições edafoclimáticas excepcionalmente favoráveis para o crescimento e a produção de biomassa vegetal, o setor primário é ainda incipiente, ocupando o terceiro lugar na geração de renda estadual, onde prevalecem os setores industrial e de serviços.

A produção agrícola no Pará é liderada pelas culturas industriais, com destaque na produção nacional de dendê, maracujá e pimenta-do-reino (1º lugar), mandioca e banana (2º lugar) e cacau (3º lugar). Entretanto, com exceção da pimenta-do-reino e do cacau, as exportações brasileiras dessas culturas são inexpressivas ou inexistentes.

A cultura do dendezeiro é praticada com baixo nível de agressão ambiental, podendo ser cultivado em solos de baixa fertilidade, estabelecendo rapidamente uma cobertura arbórea, protegendo-os contra a lixiviação e a erosão. Oferece ainda bases para a implantação de um mecanismo limpo de desenvolvimento devido a sua extraordinária capacidade de retenção de carbono, uma vez que um hectare de dendezal com 15 anos de idade fixa aproximadamente treze toneladas de carbono por ano. Constitui-se de uma atividade economicamente viável que assegura bons preços nos mercados nacional e internacional, apresentando ainda, baixo custo de produção, estimado em US\$ 250.00 por tonelada de óleo. A cultura dessa oleaginosa, além das vantagens de mercado, cria condições para a recuperação de áreas degradadas e absorve mão-de-obra pouco qualificada, com o perfil da maioria da população rural da região amazônica.

Alternativa social

A importância social do segmento dendê se apresenta com intensiva utilização de mão-de-obra e torna a sua cultura uma excelente opção de produção para pequenas propriedades. A utilização da dendeicultura como principal exploração, poderá diminuir, de forma acentuada, o êxodo rural. Em média, o cultivo de dez hectares de dendezeiros gera trabalho e renda para uma família com 5 pessoas por um período de 20 anos ou mais. A utilização da dendeicultura como atividade principal em programas de assentamento, associações, cooperativas ou até mesmo em pequenas comunidades rurais da região, se oferece como uma forma de desenvolvimento sustentado, criando ainda um modelo de parceria entre pequenos produtores, na formação de um sólido segmento agroindustrial.

Alternativa econômica

A dendeicultura tem como particularidade a geração de emprego e renda no local do plantio ou bem próximo deste, tendo em vista a necessidade de processamento dos frutos em um prazo máximo de 24 horas após a colheita. Outra característica da cultura é a formação de um agronegócio com retorno garantido e com reais vantagens competitivas, aproveitando, no campo, mão-de-obra sem exigência de qualificação. Dentro de um módulo com tamanho planejado, não inviabiliza que os membros da família continuem cultivando outras espécies de subsistência. Ainda como alternativa à utilização do óleo, pode-se trabalhar na implantação de programas de produção de biomassa energética, gerando energia na própria comunidade em substituição aos combustíveis fósseis.

Alternativa ambiental

Ademais das vantagens econômicas e sociais que a cultura do dendezeiro oferece para a região, seguramente a mais interessante está no aspecto ambiental. Oferece emprego e renda sem agredir o meio ambiente. Aproveita as terras improdutivas e alteradas, estabelecendo em pouco tempo uma cobertura arbórea. Desenvolve um sistema de produção auto-sustentável e ecologicamente correto. Trata-se de uma cultura que seqüestra carbono, credenciando-a como um dos produtos para fazer parte no

reflorestamento de áreas alteradas. O dendezeiro pode ser cultivado em solos pobres e ácidos, rapidamente restaura o balanço hídrico, contribui na fixação de gás carbônico e na liberação de oxigênio, pois imita a floresta tropical.

Experiências bem sucedidas

Tradicionalmente no Brasil, mais especificamente no Pará, a cultura do dendezeiro tem sido desenvolvida por grandes empresas, devido a que as usinas de processamento dos cachos sempre foram de grande capacidade (12 toneladas de cachos de frutos frescos por hora ou mais). Entretanto, atualmente já é possível se produzir, com baixo custo, usinas de processamento de cachos de dendê com pequena capacidade de processamento (1,5 a 3 toneladas de cachos de frutos frescos por hora). Este fato aumenta as possibilidades de implantação de usinas adequadas para o beneficiamento da produção de pequenas áreas plantadas com dendezeiros.

No Pará, os produtores de dendê estão organizados em grandes, médias e pequenas empresas, bem como em sistemas cooperativistas e associações comunitárias. É nestes últimos que se encontram os exemplos de dendeicultura desenvolvido em nível de agricultura familiar.

A primeira experiência paraense com o cultivo do dendezeiro teve início em 1968, na localidade de Jenipauá, atual município de Santa Bárbara do Pará. O projeto gerenciado pela ex-Sudam, atual Agência de Desenvolvimento da Amazônia ADA, previa o plantio de 3.000 hectares, sendo que a metade seria implantada por pequenos agricultores. A saída do projeto do controle da ex-Sudam, em 1974, estimulou 26 agricultores de Santa Isabel do Pará, no ano seguinte, a organizarem uma cooperativa, sendo posteriormente constituída a Companhia de Dendê Norte Paraense (CODENPA), que atende ainda hoje os pequenos produtores, basicamente de origem japonesa.

Em 1979, começou a fase de aprovação dos projetos de médio e grande portes, tendo como fontes financiadoras a ex-Sudam e o Fundo de Investimentos Setoriais FISET. Espalham-se os projetos pelo Amapá, Pará e Amazonas. No ano de 1982, sete cotistas da CODENPA deixaram a empresa e criaram a Dendê do Tauá Ltda DENTAUÁ, obtendo financiamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo BNCC, estando em pleno funcionamento.

Em 1984 a família Luchi implantou em Santa Isabel do Pará, a indústria Óleos Campeão, que funcionou até a década de 1990, sendo a primeira tentativa de base familiar para a extração de óleo de palma, com uma usina processadora de 1,5 toneladas de cachos de frutos frescos/hora.

Em 1985 alguns produtores rurais japoneses e brasileiros, no município de Igarapé-Açu criaram uma empresa para extração de óleo de palma. Inaugurada em 1991 a Agroindustrial Palmasa S/A, recebeu apoio da ex-Sudam, BNDES, BASA e Banco do Brasil, criando um modelo associativo somente para a indústria, cabendo o fornecimento da matéria-prima aos associados e outros plantadores, gerando um novo modelo de gestão.

Em 1997, depois de completar a primeira etapa do plantio próprio, com 16 mil hectares, o Grupo Agropalma passou a fomentar o cultivo de dendezeiros por terceiros. Criou um núcleo pioneiro de parceria no município de Tomé-Açu, propiciando o plantio de 500 hectares para 28 produtores rurais, com perspectivas para dobrar essa área a cada ano a partir de 1999, atingindo 30% do total do projeto, previsto para 32 mil hectares em 2005, nas mãos de pequenos produtores.

No ano de 2001, foi elaborado um programa conjunto Governo do Estado do Pará (Emater, Secretaria Especial de Estado de Produção, Secretaria Executiva de Agricultura, Secretaria Especial de Estado de Infra-Estrutura, Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração, Iterpa) Prefeitura Municipal de Moju, BASA, Grupo Agropalma, Embrapa, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Moju, visando implantar, no Estado do Pará, um Projeto Piloto Integrado de 1.500 hectares para assentamento rural com agricultores familiares, tendo como sustento principal a cultura do dendezeiro. A execução do mesmo foi prevista para três fases, cada uma com 550 hectares, sendo 50 módulos de 11 hectares, sendo 10 com cultivo de dendezeiro e mais um hectare de cultivos temporários. O primeiro módulo já foi implantado e o segundo está em fase de implementação.

Equipe Técnica
José Furlan Júnior
Antonio Agostinho Müller

Diagramação e Composição
Antonio Agostinho Müller
Vitor G. Souza

Desenho:
Burotrop

Tiragem: 500 exemplares
Belém-PA – 2004

Embrapa

Amazônia Oriental

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/n, Caixa Postal 48,
Fax (91) 3276-9845, Fone: (91) 3204-1044
CEP 66095-100, e-mail: cpatu@cpatu.embrapa.br

Patrocínio:



BANCO DA AMAZÔNIA

A agricultura familiar e a ...
2004 FD-PP-00254



Embrapa 59076-1

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

